

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	23

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
<b>Total</b>	<b>36.947</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Ordinária		0,14532
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2014	Dividendo	23/06/2014	Preferencial		0,15985

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.092.705	1.082.590
1.01	Ativo Circulante	226.380	229.137
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.602	62.068
1.01.03	Contas a Receber	49.959	57.402
1.01.03.01	Clientes	14.324	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	12.785	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.539	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.635	38.433
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-14.448	-13.371
1.01.03.02.03	Renda da Prestação de Serviços	75	2.738
1.01.03.02.04	Valores a Receber	19.615	25.223
1.01.03.02.05	Serviços - Canal Pinheiros	28.353	21.803
1.01.04	Estoques	2.162	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	81	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	115.576	107.493
1.01.08.03	Outros	115.576	107.493
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	15.820	15.438
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.440	20.325
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	1.157	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	49.811	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	22.689	25.295
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	5.659	2.924
1.02	Ativo Não Circulante	866.325	853.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	457.079	440.772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	457.079	440.772
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.723	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	448.356	432.236
1.02.02	Investimentos	28.883	28.649
1.02.03	Imobilizado	380.000	383.629
1.02.04	Intangível	363	403
1.02.04.01	Intangíveis	363	403

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.092.705	1.082.590
2.01	Passivo Circulante	106.328	91.118
2.01.02	Fornecedores	9.231	5.026
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.231	5.026
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.992	4.078
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.603	3.690
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	894	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	194	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.423	1.930
2.01.03.01.05	Outros	1.092	823
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	299	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	299	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	93.105	82.014
2.01.05.02	Outros	93.105	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.509	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.794	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	8.590	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	25.789	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	25.443	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	14.808	14.862
2.02	Passivo Não Circulante	246.415	227.133
2.02.02	Outras Obrigações	41.610	45.813
2.02.02.02	Outros	41.610	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	104	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	24.535	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	136.867	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.867	128.524
2.02.04	Provisões	67.938	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.113	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.249	29.989
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	18.864	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	17.825
2.03	Patrimônio Líquido	739.962	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	4.570	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	4.270	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.155	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	80.006	87.228

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.722	47.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.598	-33.105
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 32)	-71.598	-33.105
3.03	Resultado Bruto	-34.876	14.584
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.464	164
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.464	164
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-33.412	14.748
3.06	Resultado Financeiro	24.600	2.587
3.06.01	Receitas Financeiras	33.038	10.255
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 33)	9.285	9.672
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 33)	23.753	583
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.438	-7.668
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 33)	-322	-533
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 33)	-8.116	-7.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.812	17.335
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.343	22
3.08.02	Diferido	-8.343	22
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.155	17.357
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.155	17.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.155	17.357
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.222	-1.171
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.377	16.186

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.638	-18.943
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.591	-3.508
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-17.155	17.357
6.01.01.02	Depreciação	5.256	5.008
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-29.790	-1.499
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.343	-22
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.077	2.862
6.01.01.07	Reversão de provisão p/ custos socioambientais	0	-32.833
6.01.01.08	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15.142	5.755
6.01.01.09	Receita de equivalência patrimonial	-234	-136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.367	-17.535
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	4.692	-1.908
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-47	937
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	0	357
6.01.02.04	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	-6.550	0
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	6.522	29.116
6.01.02.06	Renda da prestação de serviços	2.663	-25.404
6.01.02.07	Tributos e contribuições compensáveis	-382	-428
6.01.02.08	Estoques	-89	14
6.01.02.09	Despesas antecipadas	20	-48
6.01.02.10	Adiantamento a fornecedores	-2.735	-157
6.01.02.11	Outros créditos	-115	-2.789
6.01.02.12	Cauções e depósitos vinculados	2.419	-7.658
6.01.02.13	Fornecedores	4.205	-908
6.01.02.14	Folha de pagamento	484	389
6.01.02.15	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.156	360
6.01.02.16	Tributos e contribuições sociais	-108	-479
6.01.02.17	Entidade de previdência a empregados	-824	-6.774
6.01.02.18	Taxas regulamentares	-939	-259
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-477
6.01.02.20	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03	Outros	5.586	2.100
6.01.03.01	Depósito vinculados	5.640	772
6.01.03.02	Outros passivos	-54	1.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-828	41.942
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	758	223
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	0	5.540
6.02.03	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.04	Adições ao imobilizado	-1.586	-1.511
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-5.770
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	0	-5.770
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.466	17.229
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.068	42.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.602	59.645

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.155	-7.222	-24.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.155	0	-17.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.222	-7.222
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.222	-7.222
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	4.570	-17.155	80.006	739.962

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.357	-1.171	16.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.357	0	17.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.171	-1.171
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-1.171	-1.171
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-39.014	434	633.961

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	42.607	84.883
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.867	53.373
7.01.02	Outras Receitas	1.230	32.861
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.587	1.511
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.077	-2.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.583	-30.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.357	-26.091
7.02.04	Outros	-16.226	-4.300
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.024	54.492
7.04	Retenções	-5.256	-5.008
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.256	-5.008
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.232	49.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.176	9.830
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	234	136
7.06.02	Receitas Financeiras	9.285	9.672
7.06.03	Outros	-8.343	22
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-8.343	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-56	59.314
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-56	59.314
7.08.01	Pessoal	19.759	21.527
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.201	19.263
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.558	2.264
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.439	13.186
7.08.02.01	Federais	9.373	10.871
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	3.066	2.242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-15.099	7.244
7.08.03.01	Juros	322	533
7.08.03.02	Aluguéis	216	159
7.08.03.03	Outras	-15.637	6.552
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-15.637	6.552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.155	17.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.155	17.357

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.170.214	1.152.172
1.01	Ativo Circulante	253.246	266.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.106	80.708
1.01.03	Contas a Receber	49.959	57.402
1.01.03.01	Clientes	14.324	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	12.785	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.539	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.635	38.433
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-14.448	-13.371
1.01.03.02.03	Renda da Prestação de Serviços	75	2.738
1.01.03.02.04	Valores a Receber	19.615	25.223
1.01.03.02.05	Serviços - Canal Pinheiros	28.353	21.803
1.01.04	Estoques	2.162	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	81	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.938	125.731
1.01.08.03	Outros	137.938	125.731
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	15.890	15.507
1.01.08.03.02	Outros Créditos	20.208	20.093
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	1.157	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	49.811	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	22.689	25.295
1.01.08.03.06	Adiantamento a Fornecedores	28.183	21.325
1.02	Ativo Não Circulante	916.968	886.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	457.079	440.772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	457.079	440.772
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.723	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	448.356	432.236
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	458.136	443.592
1.02.04	Intangível	363	403
1.02.04.01	Intangíveis	363	403

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.170.214	1.152.172
2.01	Passivo Circulante	112.483	92.885
2.01.02	Fornecedores	15.020	6.631
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.020	6.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.358	4.240
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.809	3.852
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	52	61
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	894	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	194	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.423	1.930
2.01.03.01.05	Outros	1.246	924
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	299	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	299	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	250	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.03.03.02	ISS	160	0
2.01.05	Outras Obrigações	93.105	82.014
2.01.05.02	Outros	93.105	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.509	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.794	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	8.590	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	25.789	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	25.443	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	14.808	14.862
2.02	Passivo Não Circulante	317.769	294.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	71.354	67.815
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	71.354	67.815
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	71.354	67.815
2.02.02	Outras Obrigações	41.610	45.813
2.02.02.02	Outros	41.610	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	104	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	24.535	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	136.867	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.867	128.524
2.02.04	Provisões	67.938	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.113	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.249	29.989
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	18.864	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	17.825	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.825	17.825
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	739.962	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	4.570	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	4.270	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.155	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	80.006	87.228

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	36.722	47.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.605	-33.112
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 32)	-71.605	-33.112
3.03	Resultado Bruto	-34.883	14.577
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.249	28
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.249	28
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-33.634	14.605
3.06	Resultado Financeiro	24.933	2.791
3.06.01	Receitas Financeiras	33.371	10.459
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 33)	9.618	9.876
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 33)	23.753	583
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.438	-7.668
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 33)	-322	-533
3.06.02.02	Variações Monetárias Passiva (Nota 33)	-8.116	-7.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.701	17.396
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.454	-39
3.08.01	Corrente	-111	-61
3.08.02	Diferido	-8.343	22
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.155	17.357
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-17.155	17.357
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.155	17.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-17.155	17.357
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.222	-1.171
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-24.377	16.186
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-24.377	16.186

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.140	-30.435
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.357	-3.372
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-17.155	17.357
6.01.01.02	Depreciação	5.256	5.008
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-29.790	-1.499
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.343	-22
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.077	2.862
6.01.01.07	Reversão de provisão p/ custos socioambientais	0	-32.833
6.01.01.08	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15.142	5.755
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.631	-29.163
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	4.692	-1.908
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-47	937
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	0	357
6.01.02.04	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	-6.550	0
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	6.522	29.116
6.01.02.06	Renda da prestação de serviços	2.663	-25.404
6.01.02.07	Tributos e contribuições compensáveis	-383	-427
6.01.02.08	Estoques	-89	14
6.01.02.09	Despesas antecipadas	20	-48
6.01.02.10	Adiantamento a fornecedores	-6.858	-11.475
6.01.02.11	Outros créditos	-115	-2.789
6.01.02.12	Cauções de depósitos vinculados	2.419	-7.658
6.01.02.13	Fornecedores	8.389	-1.233
6.01.02.14	Folha de pagamento	484	389
6.01.02.15	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.156	360
6.01.02.16	Tributos e contribuições sociais	96	-465
6.01.02.17	Entidade de previdência a empregados	-824	-6.774
6.01.02.18	Taxas regulamentares	-939	-259
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-477
6.01.02.20	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03	Outros	5.586	2.100
6.01.03.01	Depósitos vinculados	5.640	772
6.01.03.02	Outros passivos	-54	1.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.001	38.347
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	758	223
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	0	5.540
6.02.03	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.04	Adições ao imobilizado	-19.759	-5.106
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.539	21.045
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	3.539	21.045
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.602	28.957
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.708	56.502
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.106	85.459

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.155	-7.222	-24.377	0	-24.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.155	0	-17.155	0	-17.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.222	-7.222	0	-7.222
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-7.222	-7.222	0	-7.222
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	4.570	-17.155	80.006	739.962	0	739.962

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-56.371	1.605	617.775	0	617.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.357	-1.171	16.186	0	16.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.357	0	17.357	0	17.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.171	-1.171	0	-1.171
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-1.171	-1.171	0	-1.171
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-39.014	434	633.961	0	633.961

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	60.799	88.479
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.867	53.373
7.01.02	Outras Receitas	1.249	32.861
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	19.760	5.107
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.077	-2.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.762	-33.994
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.994	-29.689
7.02.04	Outros	-19.768	-4.305
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.037	54.485
7.04	Retenções	-5.256	-5.008
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.256	-5.008
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.219	49.477
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.275	9.898
7.06.02	Receitas Financeiras	9.618	9.876
7.06.03	Outros	-8.343	22
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-8.343	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56	59.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56	59.375
7.08.01	Pessoal	19.759	21.527
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.201	19.263
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.558	2.264
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.551	13.247
7.08.02.01	Federais	9.485	10.932
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	3.066	2.242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-15.099	7.244
7.08.03.01	Juros	322	533
7.08.03.02	Aluguéis	216	159
7.08.03.03	Outras	-15.637	6.552
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-15.637	6.552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.155	17.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.155	17.357

## Comentário do Desempenho

### ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

As receitas operacionais atingiram R\$ 40.867, obtidas principalmente pelo fornecimento, suprimento de energia – leilão, energia de curto prazo - CCEE e prestação de serviços (Nota 31.1).

Os custos operacionais apresentaram um aumento de 116,25% em relação ao mesmo trimestre de 2013 em alguns itens, (principalmente em virtude da provisão para compromissos ambientais) tais como energia de curto prazo – CCEE, material e serviços de terceiros em contraposição ao aumento em outras rubricas (Nota 32.2).

Como consequencia dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou o trimestre com resultado operacional bruto de R\$ 34.883 (negativo).

O Resultado financeiro de R\$ 24.933 (positivo), decorreu principalmente de receitas de atualização do arrendamento a receber – UTE Piratininga, de quotas subordinadas FIDC e atualização do contrato com o DAEE, em contraposição de despesas de juros e variações monetárias do FIDC e outras obrigações (Nota 33.1).

O prejuízo antes dos impostos foi de R\$ 8.701. Após a apropriação da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Fiscal Tributável e da contribuição social e imposto de renda diferidos, a EMAE encerrou o trimestre com prejuízo de R\$ 17.155.

## Comentário do Desempenho

### INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (ACUMULADO)

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>1 - Endividamento</b>		
$\frac{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}{\text{Ativo Total}}$	0,35	0,32
<b>2 - Liquidez Corrente</b>		
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,25	2,86
<b>3 - Liquidez Geral</b>		
$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}$	2,83	3,10
<b>4 - Capitalização</b>		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	0,63	0,66
<b>5 - Produtividade</b>		
$\frac{\text{Receita Operacional Bruta}}{\text{Ativo Total}}$	0,03	0,19
<b>6 - Valor Patrimonial da Ação</b>		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de Ações}}$	20,03	20,69
<b>INDICADORES OPERACIONAIS</b>		
1 - Número de Empregados (*)	515	524

(\*) Informação não revisada pelos Auditores Independentes.

## Notas Explicativas

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Empresa tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Empresa constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrar em operação no último trimestre de 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

## Notas Explicativas

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Empresa passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Empresa, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

### 2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 09/05/2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## Notas Explicativas

### 2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na Nota Explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

### 2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

### 2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui dois segmentos passíveis de reporte que são: geração e comercialização de energia.

### 2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2013, disponíveis no site da CVM.

### 2.7 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

## Notas Explicativas

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGADO

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Empresa patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Empresa faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

### 4. DEMONSTRATIVOS DECORRENTES DOS AJUSTES APÓS ADOÇÃO DO CPC 33 (R1)

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

## Notas Explicativas

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Empresa são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

Para a Empresa, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Empresa deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

### 4.1 Reconciliação da demonstração de resultados do período findo em 31 de março de 2013

Reconciliação do Resultado	Controladora			Consolidado		
	31.03.13			31.03.13		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	47.689	-	47.689	47.689	-	47.689
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(33.105)	-	(33.105)	(33.112)	-	(33.112)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	14.584	-	14.584	14.577	-	14.577
<b>Despesas Operacionais</b>						
Outras receitas e despesas.....	164	-	164	28	-	28
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	14.748	-	14.748	14.605	-	14.605
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>						
Receitas.....	9.672	-	9.672	9.876	-	9.876
Despesas.....	(533)	-	(533)	(533)	-	(533)
Variações monetárias líquidas.....	(7.723)	1.171	(6.552)	(7.723)	1.171	(6.552)
	1.416	1.171	2.587	1.620	-	2.791
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	16.164	1.171	17.335	16.225	1.171	17.396
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>						
Correntes.....	-	-	-	(61)	-	(61)
Diferidos.....	22	-	22	22	-	22
	-	-	-	-	-	-
LUCRO DO PERÍODO.....	16.186	1.171	17.357	16.186	1.171	17.357
LUCRO ATRIBUÍVEL A :.....	-	-	-	-	-	-
Acionistas controladores.....	16.186	1.171	17.357	16.186	1.171	17.357

## Notas Explicativas

## 4.2 Reconciliação da demonstração do valor adicionado do período findo em 31 de março de 2013

	Controladora			Consolidado		
	31.03.13			31.03.13		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
<b>Receitas</b>						
Receitas operacionais.....	53.373	-	53.373	53.373	-	53.373
Outras receitas.....	32.861	-	32.861	32.861	-	32.861
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(2.862)	-	(2.862)	(2.862)	-	(2.862)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	1.511	-	1.511	5.107	-	5.107
	<u>84.883</u>	<u>-</u>	<u>84.883</u>	<u>88.479</u>	<u>-</u>	<u>88.479</u>
<b>Menos:</b>						
<b>Insumos</b>						
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda.....	15.190	-	15.190	15.190	-	15.190
Encargos de uso da rede elétrica.....	562	-	562	562	-	562
Serviços de terceiros.....	9.467	-	9.467	13.065	-	13.065
Materiais.....	872	-	872	872	-	872
Outros custos operacionais.....	4.300	-	4.300	4.305	-	4.305
	<u>30.391</u>	<u>-</u>	<u>30.391</u>	<u>33.994</u>	<u>-</u>	<u>33.994</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO.....</b>	<b>54.492</b>	<b>-</b>	<b>54.492</b>	<b>54.485</b>	<b>-</b>	<b>54.485</b>
<b>TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DEPRECIÇÃO.....</b>	<b>(5.008)</b>	<b>-</b>	<b>(5.008)</b>	<b>(5.008)</b>	<b>-</b>	<b>(5.008)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....</b>	<b>49.484</b>	<b>-</b>	<b>49.484</b>	<b>49.477</b>	<b>-</b>	<b>49.477</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>						
Receitas financeiras.....	9.672	-	9.672	9.876	-	9.876
Equivalência Patrimonial.....	136	-	136	-	-	-
Entidade de previdência a empregados.....	(4.510)	4.510	-	(4.510)	4.510	-
<b>Energia Livre:</b>						
Provisão p/ realização de créditos.....	-	-	-	-	-	-
(-) Reversão da provisão p/ realização de créditos.....	-	-	-	-	-	-
Realização de perda (baixa de valores a receber).....	-	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.....	22	-	22	22	-	22
	<u>5.320</u>	<u>4.510</u>	<u>9.830</u>	<u>5.388</u>	<u>4.510</u>	<u>9.898</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....</b>	<b>54.804</b>	<b>4.510</b>	<b>59.314</b>	<b>54.865</b>	<b>4.510</b>	<b>59.375</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
<b>Pessoal:</b>						
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	19.263	-	19.263	19.263	-	19.263
F.G.T.S.....	2.264	-	2.264	2.264	-	2.264
	<u>21.527</u>	<u>-</u>	<u>21.527</u>	<u>21.527</u>	<u>-</u>	<u>21.527</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>						
<b>Encargos setoriais:</b>						
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	-	-	-	-	-	-
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	1.064	-	1.064	1.064	-	1.064
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	155	-	155	155	-	155
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	466	-	466	466	-	466
	<u>1.685</u>	<u>-</u>	<u>1.685</u>	<u>1.685</u>	<u>-</u>	<u>1.685</u>
<b>Federais:</b>						
Imposto de renda e contribuição social.....	-	-	-	61	-	61
COFINS/PIS.....	4.926	-	4.926	4.926	-	4.926
INSS.....	4.260	-	4.260	4.260	-	4.260
	<u>9.186</u>	<u>-</u>	<u>9.186</u>	<u>9.247</u>	<u>-</u>	<u>9.247</u>
<b>Estaduais:</b>						
ICMS.....	73	-	73	73	-	73
	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>73</u>
<b>Municipais:</b>						
ISS.....	219	-	219	219	-	219
IPTU.....	2.023	-	2.023	2.023	-	2.023
	<u>2.242</u>	<u>-</u>	<u>2.242</u>	<u>2.242</u>	<u>-</u>	<u>2.242</u>
	<u>13.186</u>	<u>-</u>	<u>13.186</u>	<u>13.247</u>	<u>-</u>	<u>13.247</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>						
Juros e encargos de dívidas.....	533	-	533	533	-	533
Variações monetárias líquidas.....	3.213	3.339	6.552	3.213	3.339	6.552
Arrendamentos e aluguéis.....	159	-	159	159	-	159
	<u>3.905</u>	<u>3.339</u>	<u>7.244</u>	<u>3.905</u>	<u>3.339</u>	<u>7.244</u>
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>						
Lucro do período.....	16.186	1.171	17.357	16.186	1.171	17.357
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>54.804</b>	<b>4.510</b>	<b>59.314</b>	<b>54.865</b>	<b>4.510</b>	<b>59.375</b>

## Notas Explicativas

## 4.3 Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do período findo em 31 de março de 2013

	Controladora			Consolidado		
	31.03.13			31.03.13		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais:</b>						
Lucro do período.....	16.186	1.171	17.357	16.186	1.171	17.357
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa das operações:						
Depreciação.....	5.008	-	5.008	5.008	-	5.008
Variações monetárias/juros.....	(328)	(1.171)	(1.499)	(328)	(1.171)	(1.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(22)	-	(22)	(22)	-	(22)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	2.862	-	2.862	2.862	-	2.862
Constituição ( Reversão) de provisão para custos socioambientais.....	(32.833)	-	(32.833)	(32.833)	-	(32.833)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	5.755	-	5.755	5.755	-	5.755
Receita de equivalência patrimonial.....	(136)	-	(136)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber de revendedores.....	(1.908)	-	(1.908)	(1.908)	-	(1.908)
Contas a receber de consumidores.....	937	-	937	937	-	937
Energia de curto prazo - CCEE.....	357	-	357	357	-	357
Valores a receber - DAEE.....	29.116	-	29.116	29.116	-	29.116
Renda da prestação de serviços.....	(25.404)	-	(25.404)	(25.404)	-	(25.404)
Tributos e contribuições compensáveis.....	(428)	-	(428)	(427)	-	(427)
Estoques.....	14	-	14	14	-	14
Adiantamento a fornecedores.....	(157)	-	(157)	(11.475)	-	(11.475)
Despesas antecipadas.....	(48)	-	(48)	(48)	-	(48)
Outros créditos.....	(2.789)	-	(2.789)	(2.789)	-	(2.789)
Cauções e depósitos vinculados.....	(7.658)	-	(7.658)	(7.658)	-	(7.658)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores.....	(908)	-	(908)	(1.233)	-	(1.233)
Folha de pagamento.....	389	-	389	389	-	389
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	360	-	360	360	-	360
Tributos e contribuições sociais.....	(479)	-	(479)	(465)	-	(465)
Entidade de previdência a empregados.....	(6.774)	-	(6.774)	(6.774)	-	(6.774)
Taxas regulamentares.....	(259)	-	(259)	(259)	-	(259)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(477)	-	(477)	(477)	-	(477)
Compra de energia elétrica - CCEE.....	(1.419)	-	(1.419)	(1.419)	-	(1.419)
Depósitos vinculados.....	772	-	772	772	-	772
Outros passivos.....	1.328	-	1.328	1.328	-	1.328
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(18.943)</b>	<b>-</b>	<b>(18.943)</b>	<b>(30.435)</b>	<b>-</b>	<b>(30.435)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>						
Recebimento pela alienação de bens e direitos.....	223	-	223	223	-	223
Recebimento pela UTE Pratinha.....	5.540	-	5.540	5.540	-	5.540
Indenização Porto Goes.....	37.690	-	37.690	37.690	-	37.690
Adições ao imobilizado.....	(1.511)	-	(1.511)	(5.106)	-	(5.106)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>41.942</b>	<b>-</b>	<b>41.942</b>	<b>38.347</b>	<b>-</b>	<b>38.347</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>						
Empréstimos e financiamentos.....	(5.770)	-	(5.770)	21.045	-	21.045
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(5.770)</b>	<b>-</b>	<b>(5.770)</b>	<b>21.045</b>	<b>-</b>	<b>21.045</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	17.229	-	17.229	28.957	-	28.957
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	42.416	-	42.416	56.502	-	56.502
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	59.645	-	59.645	85.459	-	85.459
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	17.229	-	17.229	28.957	-	28.957

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Caixa e bancos conta movimento.....	1.714	93	1.714	93
Aplicações financeiras (a).....	56.888	61.975	61.392	80.615
	<u>58.602</u>	<u>62.068</u>	<u>63.106</u>	<u>80.708</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 2,3425% em 31/03/2014 e 7,6429% em 31/12/2013.

### 6. REVENDADORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	12.785	17.477
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>1.539</u>	<u>1.492</u>

### 7. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 16).

### 8. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No primeiro trimestre de 2014 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE (Nota 32.3).

## Notas Explicativas

### 9. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Contrato.....	19.615	25.223

### 10. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

### 11. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Contrato (1) .....	177	279
Contrato (2) .....	232	366
Contrato (3) .....	748	-
	<u>1.157</u>	<u>645</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 280,00 m<sup>2</sup>, localizado na Rua Coliseu, s/n, no Bairro Itaim Bibi, São Paulo, Capital;

(2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.894,00 m<sup>2</sup>, localizado na Estrada Caminho do Mar, km 34, no Bairro Alto da Serra, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

(3) Refere-se a alienação do imóvel de 3.117,25 m<sup>2</sup>, localizado na Estrada Maricá Marques, esquina com a Rua Gino Morelli, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

### 12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE.

## Notas Explicativas

### 13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	1.624	1.572	1.694	1.641
Imposto de renda a compensar (b).....	7.668	7.657	7.668	7.657
Contribuição social a compensar (b).....	3.384	3.384	3.384	3.384
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	2.333	2.120	2.333	2.120
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	268	160	268	160
Outros.....	143	145	143	145
	<u>15.820</u>	<u>15.438</u>	<u>15.890</u>	<u>15.507</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras;
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil;
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

### 14. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

## Notas Explicativas

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.13	Encargos Financeiros	Saldo 31.03.14
<b>ATIVO</b>			
Circulante.....	42.866	6.945	49.811
Não Circulante.....	432.236	16.120	448.356
	<u>475.102</u>	<u>23.065</u>	<u>498.167</u>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(179.575)	(186.520)
Variação monetária.....	253.351	237.231
Recebimentos.....	(340.609)	(340.609)
	<u>498.167</u>	<u>475.102</u>

## Notas Explicativas

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2014.....	49.811
Não circulante	
De 2015 até 2019.....	218.427
De 2020 até 2024.....	229.929
	<u>448.356</u>
Total	<u>498.167</u>

### 15. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
Serviços em curso (1).....	1.782	4.411	1.782	4.411
Outros créditos (2).....	18.658	15.914	18.426	15.682
	<u>20.440</u>	<u>20.325</u>	<u>20.208</u>	<u>20.093</u>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

### 16. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 14.448 em 31 de março de 2014 (R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora e Consolidado		
	31.03.14	Provisão	31.12.13
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(14.448)</u>	<u>(1.077)</u>	<u>(13.371)</u>

#### AGING LIST - RECEBÍVEIS

RUBRICA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	180 DIAS	+ 180 DIAS	TOTAL
Aluguéis (a).....	-	-	-	2	768	770
Clientes (b).....	-	-	-	-	425	425
Empregados cedidos (c).....	315	456	283	470	6.609	8.133
Multa contratual (d).....	-	-	-	-	976	976
RTE (e).....	-	-	-	-	4.144	4.144
TOTAL.....	<u>315</u>	<u>456</u>	<u>283</u>	<u>472</u>	<u>12.922</u>	<u>14.448</u>

(a) Aluguel de imóvel a terceiros;

(b) Recuperação judicial da Distribuidora CELPA (pago 11 das 60 parcelas, referente a liquidação das faturas do CCEAR de janeiro e fevereiro de 2012);

(c) Empregados cedidos, passíveis de reembolso (em negociação);

(d) Multas aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais (cobrança judicial);

(e) Valores determinados pela ANEEL da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a serem ressarcidos por distribuidoras para cobrir gastos ocorridos durante o apagão de 2001 com energia térmica (pagamento “sub-judice”).

## Notas Explicativas

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

## 17.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....</b>	(8.812)	17.335	(8.701)	17.396	(8.812)	17.335	(8.701)	17.396
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	2.203	(4.334)	2.175	(4.349)	793	(1.560)	783	(1.566)
<b>a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</b>								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(1.122)	(775)	(1.122)	(775)	(404)	(279)	(404)	(279)
Outros.....	(5)	(25)	(5)	(25)	(130)	(146)	-	(146)
<b>b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão</b>								
Provisões diversas.....	(3.804)	8.555	(3.804)	8.555	(1.369)	3.080	(1.369)	3.080
Outros (PAT, incentivos).....	(369)	(772)	(421)	(772)	-	(279)	-	(279)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(3.038)	(2.633)	(3.038)	(2.661)	(1.098)	(810)	(1.249)	(822)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....</b>	<b>(6.135)</b>	<b>16</b>	<b>(6.215)</b>	<b>(27)</b>	<b>(2.208)</b>	<b>6</b>	<b>(2.239)</b>	<b>(12)</b>
Corrente.....	-	-	(80)	(43)	-	-	(31)	(18)
Diferido.....	(6.135)	16	(6.135)	16	(2.208)	6	(2.208)	6
Alíquota efetiva.....	70%	0%	71%	0%	25%	0%	26%	0%

## 17.2 Composição dos saldos – Parte B do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	57.682	57.682	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	67.484	64.446	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	3.804	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	100.638	94.503
<b>Contribuição Social</b>				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	20.766	20.766	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	18.998	18.032	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	1.369	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	36.229	34.021
	170.103	160.926	136.867	128.524
Provisão para créditos tributários (e).....	(170.103)	(160.926)	-	-
	-	-	136.867	128.524

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2013, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 14);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

## Notas Explicativas

### 18. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Depósitos vinculados (a).....	22.689	25.295
<b>Não circulante</b>		
Depósitos judiciais (b).....	8.723	8.536
	<u>31.412</u>	<u>33.831</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 5.460 (R\$ 7.619 em 31 de dezembro de 2013) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 17.229 (R\$ 17.676 em 31 de dezembro de 2013) de outros depósitos vinculados;
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

### 19. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado				
	31.03.14			31.12.13	
	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos.....		6.713	-	6.713	6.713
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,9%	695.555	(402.900)	292.655	295.978
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,6%	79.299	(50.951)	28.348	28.646
Máquinas e Equipamentos.....	2,4%	446.621	(286.145)	160.476	163.085
Veículos.....	8,1%	8.543	(6.427)	2.116	2.291
Móveis e Utensílios.....	0,9%	2.113	(2.033)	80	81
Subtotal.....		<u>1.238.844</u>	<u>(748.456)</u>	<u>490.388</u>	<u>496.794</u>
Em curso.....		33.316	-	33.316	31.740
Redução ao Valor recuperável - CPC 01....		<u>(144.905)</u>	1.201	<u>(143.704)</u>	<u>(144.905)</u>
<b>Total Controladora.....</b>		<u>1.127.255</u>	<u>(747.255)</u>	<u>380.000</u>	<u>383.629</u>
Em curso.....		78.136	-	78.136	59.963
<b>Total Consolidado.....</b>		<u>1.205.391</u>	<u>(747.255)</u>	<u>458.136</u>	<u>443.592</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31.03.2014 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.13		Transferências	Depreciação do período	Saldo em 31.03.14
			Adições			
Em serviço						
Terrenos.....		6.713	-	-	-	6.713
Reservatórios, Barragens e Aduanas.....	1,9%	295.978	-	-	(3.323)	292.655
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,6%	28.646	-	-	(298)	28.348
Máquinas e Equipamentos.....	2,4%	163.085	-	-	(2.609)	160.476
Veículos.....	8,1%	2.291	-	-	(175)	2.116
Móveis e Utensílios.....	0,9%	81	-	4	(5)	80
<b>Subtotal.....</b>		<b>496.794</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>(6.410)</b>	<b>490.388</b>
Em curso.....		31.740	1.586	(10)	-	33.316
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(144.905)	-	-	1.201	(143.704)
<b>Total Controladora.....</b>		<b>383.629</b>	<b>1.586</b>	<b>(6)</b>	<b>(5.209)</b>	<b>380.000</b>
Em curso.....		59.963	18.173	-	-	78.136
<b>Total Consolidado.....</b>		<b>443.592</b>	<b>19.759</b>	<b>(6)</b>	<b>(5.209)</b>	<b>458.136</b>

Depreciação no resultado:

	31.03.14	31.03.13
Imobilizado.....	(5.209)	(4.959)
Intangível.....	(47)	(49)
	<u>(5.256)</u>	<u>(5.008)</u>

### 19.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 15).

Conforme exposto no item 1.2, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 04 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)^(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Piraporá de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

\*Usinas não despachadas centralizadamente.

### 19.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e conseqüente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras.

## Notas Explicativas

Os resultados obtidos no teste de recuperabilidade, no exercício de 2013, foram:

UGC	Ativos Líquidos ao Final de 2013	Testes de Recuperabilidades Anteriores	Valor dos Ativos Testados - A	Fluxo de Caixa Futuro - B	Ativos + VP Fl.Cx Futuro C=(A+B)
U. Complexo Henry Borden	247.501	(137.785)	109.716	151.619	41.903
U. Rasgão	20.996	(22.452)	(1.456)	(23.106)	
U. Porto Goes	3.628	(3.968)	(340)	(2.139)	
U. Usina Vale	2.239	(2.373)	(134)	(4.959)	
<b>TOTAL</b>	<b>274.364</b>	<b>(166.578)</b>	<b>107.786</b>	<b>121.415</b>	<b>41.903</b>

As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, o valor da reversão de testes de recuperabilidade anteriores é de R\$ 41.903.

Os principais pontos considerados para o resultado apresentado são:

- As receitas esperadas das UGC's Rasgão, Porto Góes e Complexo Henry Borden em valor constante até 2042, de acordo com estabelecido no contrato de concessão;
- Receitas do arrendamento da Usina Termoelétrica de Piratininga e de prestação de serviços de Operação e Manutenção das Termoelétricas para a Baixada Santista Energia S.A.- BSE até o ano de 2024;
- Os custos, refletindo ações administrativas efetuadas em 2013 e em andamento, foram mantidos constantes, com exceção de ajustes decorrentes da diminuição ainda a ocorrer na folha de pagamento por aposentadorias, da redução de custos a partir de 2025 referente ao término do contrato de arrendamento e de serviços prestados à BSE e de reduções adicionais esperados de 4% dos custos para os anos de 2014 e 2015;
- Ativos testados estão líquidos dos valores passíveis de ressarcimento pelo Poder Concedente;
- Taxa de desconto de 6,32%, obtido do custo médio ponderado de capital real contemplando o recente aumento na taxa livre de risco.

## 20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>		
Folha de pagamento.....	4.648	4.164
Provisão de férias e gratificação de férias.....	5.716	6.096
Encargos sociais sobre férias.....	6.430	4.894
	<u>16.794</u>	<u>15.154</u>

## Notas Explicativas

### 21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
COFINS s/ receitas.....	894	770	894	770
PIS s/ receitas.....	194	167	194	167
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	299	298	299	298
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.423	1.930	1.423	1.930
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	-	52	61
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
ISS.....	-	-	160	15
Outros.....	1.092	823	1.246	909
	<u>3.992</u>	<u>4.078</u>	<u>4.358</u>	<u>4.240</u>
<b>Não circulante</b>				
IPTU - REFIS (2).....	104	126	104	126
	<u>104</u>	<u>126</u>	<u>104</u>	<u>126</u>
	<u>4.096</u>	<u>4.204</u>	<u>4.462</u>	<u>4.366</u>

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro 2013 e março de 2014 e pagos em janeiro e abril de 2014 respectivamente;
- (2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008;

### 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a Empresa Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Até o período findo em 31 de março de 2014 foi recebido o montante de R\$ 71.354 correspondente a 73% do total a receber.

### 23. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e consolidado			
		31.03.14		31.12.13	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	25.789	129.864	155.653	155.024
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(105.329)	(105.329)	(105.328)
		<u>25.789</u>	<u>24.535</u>	<u>50.324</u>	<u>49.696</u>

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 31 de março de 2014 está representada por:

	Controladora e consolidado				
	31.12.13	31.03.14			
		Amortização	Despesa	CPC 33 (R1)	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	49.696	(824)	8.674	(7.222)	50.324

## Notas Explicativas

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>Ajustado</b>	
<b>No resultado:</b>	<b>31.03.14</b>	<b>31.03.13</b>
Plano BSPS.....	997	2.707
Plano BD.....	455	1.155
Plano CV.....	-	83
	<b>1.452</b>	<b>3.945</b>

### 23.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

### 23.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

#### a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 50.324

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

## Notas Explicativas

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de março de 2014, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

### 24. TAXAS REGULAMENTARES

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.03.14</b>	<b>31.12.13</b>
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2010 (1).....	342	597
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.193	1.639
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	25	25
Quota para P&D - FNDCT (3).....	98	121
Quota para P&D - EPE (3).....	49	61
P&D - Recursos para projetos (3).....	6.883	7.086
	<u>8.590</u>	<u>9.529</u>
<b>Não circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (2).....	769	769
	<u>9.359</u>	<u>10.298</u>

- (1) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013;
- (2) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL;
- (3) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

### 25. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 31 de março de 2014 de R\$ 25.443 (R\$ 19.803 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias e para construção da Ciclovia Pomar Urbano.

## Notas Explicativas

### 26. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
	<u>          </u>	<u>          </u>
<b>Não circulante</b>		
Compromissos socioambientais.....	17.825	17.825
	<u>          </u>	<u>          </u>

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

### 27. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>31.12.13</b>	<b>31.03.14</b>		<b>31.12.13</b>
	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo</u>
<b>Não circulante</b>				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	18.241	418	-	18.659
Diversas.....	11.748	842	-	12.590
	<u>29.989</u>	<u>1.260</u>	<u>-</u>	<u>31.249</u>
Cíveis.....	4.982	13.882	-	18.864
Tributárias.....	-	-	-	-
	<u>4.982</u>	<u>13.882</u>	<u>-</u>	<u>18.864</u>
	<u>34.971</u>	<u>15.142</u>	<u>-</u>	<u>50.113</u>

**Periculosidade** – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

**Diversas** – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

**Cíveis** – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2002 da ANEEL.

**Depósitos judiciais** – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

## Notas Explicativas

Os riscos trabalhistas e cíveis em 31 de março de 2014, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Administrativo.....	-	-	331	326	2.507	2.402
Cível.....	18.864	4.982	10.940	22.994	5.267	5.059
Trabalhista.....	31.249	29.989	9.054	10.701	25.045	23.937
Tributária.....	-	-	-	-	839	812
	<u>50.113</u>	<u>34.971</u>	<u>20.325</u>	<u>34.021</u>	<u>33.658</u>	<u>32.210</u>

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

### 28. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 33).

### 29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

#### 29.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de março de 2014 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 598 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2013) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

#### 29.2 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE

Em 31 de março de 2014 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 19.615.

#### 29.3 Compra de energia elétrica da CESP

Em 17 de janeiro de 2013, para cumprir compromissos firmados com consumidores livres e comercializadores de energia, a EMAE realizou leilão de compra de 80 MW médios de energia elétrica durante o ano de 2013. A CESP foi contratada pelo preço de R\$ 134,00 / MWh. (R\$ 84.513).

#### 29.4 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

## Notas Explicativas

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à empresa de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

## Notas Explicativas

Em 21/05/2012, a Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Empresa alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Empresa em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferidas na ação que move contra a SABESP.

Em 30/04/2013, a EMAE apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 05/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido seu recurso de apelação sem efeito suspensivo, distribuído sob o número 0129811-62.2013.8.26.0000AI, com fundamento no inciso III do artigo 527 do CPC.

Em 31/07/2013, a AMCHAM comunicou a EMAE da suspensão do procedimento arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP.

Em 04/09/2013, a EMAE protocolizou a petição inicial da ação de cobrança das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings (“Ação Billings”), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo – SP.

Em 07/10/2013, considerando haver identidade entre o processo distribuído à 6ª Vara do Fórum Central com o processo de nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em tramite pela 5ª Vara Cível desse mesmo Fórum, o Juiz daquela Vara remeteu os autos ao Cartório do Distribuidor para as providências de redistribuição do feito a 5ª Vara Cível.

## Notas Explicativas

Em 18/10/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão concedendo o efeito suspensivo à decisão do juiz da 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo de remeter o processo referente à Ação Billings à 5ª Vara Cível do mesmo Fórum, até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, da SABESP.

Em 23/10/2013, por meio do Acórdão nº 2013.0000651986, foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

A assinatura do Termo de Arbitragem no Centro de Arbitragem AMCHAM Brasil ocorreu em 29/11/2013.

Em 12/12/2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela SABESP contra a decisão que determinou a redistribuição dos autos da Ação de Billings para a 5ª Vara Cível. Entendeu-se não haver conexão, de modo que o processo deverá ter prosseguimento perante o juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central.

Aguarda-se o prosseguimento da demanda perante a 6ª Vara Cível com a eventual determinação de nova data de audiência para designação da perícia, a apreciação do pedido de antecipação de tutela da EMAE e a abertura de prazo para réplica da EMAE.

### 29.5 Remuneração do pessoal chave da administração

A Empresa possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP – Empresa Energética de São Paulo; DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP – Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas chaves:

Categoria da Remuneração	Partes Relacionadas	
	CESP	DAEE
Benefícios de curto prazo.....	37	80
Benefícios pós-emprego.....	N.A.	N.A.
Outros benefícios de longo prazo.....	N.A.	N.A.
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho.....	N.A.	N.A.
Remuneração baseada em ações.....	N.A.	N.A.

Obs.: N.A. (não aplicável)

## 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 30.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

## Notas Explicativas

Os principais acionistas em 31 de março de 2014 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.264.433	10,18	2.264.433	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	513.000	2,31	513.000	1,39
Outros.....	-	-	2.783.662	12,51	2.783.662	7,53
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

### 30.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral.

## Notas Explicativas

### 30.3 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valor por ação):

Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	R\$	(17.155)	R\$	17.357
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
<b>Total.....</b>		<b>36.947.084</b>		<b>36.947.084</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído</b>				
Ação Ordinária.....	R\$	(0,43794)	R\$	0,44310
Ação Preferencial.....	R\$	(0,48174)	R\$	0,48741

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

## 31. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 31.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 31 de Março

Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia.....	5.071	4.923
Receita com energia.....	30.689	28.587
Suprimento de energia - comercializadores.....	-	14.235
Energia de curto prazo - CCEE.....	753	201
Renda da prestação de serviços.....	4.193	4.387
Outras receitas.....	161	1.040
	<u>40.867</u>	<u>53.373</u>
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....		
COFINS sobre receitas operacionais.....	(3.071)	(4.047)
PIS sobre receitas operacionais.....	(667)	(879)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	(73)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(40)	(219)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(367)	(466)
	<u>(4.145)</u>	<u>(5.684)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>	<b><u>36.722</u></b>	<b><u>47.689</u></b>

## Notas Explicativas

### 31.2 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da EMAE passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória – MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração – RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

### 31.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 31 de março de 2014 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 5 milhões (R\$ 5 milhões no mesmo período em 2013). Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

### 31.4 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 31 de Março

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fornecimento (1)</b>				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	25.718	25.700	5.071	4.923
<b>Cotas de Garantia Física</b>				
Cotas de energia elétrica.....	330.362	328.126	30.689	28.587
<b>Suprimento</b>				
Agentes comercializadores.....	-	170.487	-	14.235
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)</b>				
Energia de curto prazo.....	-	-	753	201
<b>Total.....</b>	<b>356.080</b>	<b>524.313</b>	<b>36.513</b>	<b>47.946</b>

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(\*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

## Notas Explicativas

### 31.5 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 31 de Março

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	-	145
Petrobras (UTE's).....	3.301	3.683
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	892	536
Outros serviços.....	-	23
	<u>4.193</u>	<u>4.387</u>

## Notas Explicativas

## 32. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

32.1 Para os trimestres findos em 31 de Março

Controladora

	Custos de operação		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda.....	(9.352)	(15.190)	-	-	(9.352)	(15.190)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(833)	(562)	-	-	(833)	(562)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos....	(2.038)	(1.064)	-	-	(2.038)	(1.064)
Pessoal.....	(22.898)	(25.708)	-	-	(22.898)	(25.708)
Material.....	(736)	(808)	-	-	(736)	(808)
Serviço de terceiros.....	(9.865)	(8.099)	-	-	(9.865)	(8.099)
Depreciação.....	(5.256)	(5.008)	-	-	(5.256)	(5.008)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(15.142)	(5.754)	-	-	(15.142)	(5.754)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	-	32.833	-	-	-	32.833
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.077)	(2.862)	-	-	(1.077)	(2.862)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.230	-	1.230	-
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	234	136	234	136
Outras.....	(4.401)	(883)	-	28	(4.401)	(855)
<b>Total.....</b>	<b>(71.598)</b>	<b>(33.105)</b>	<b>1.464</b>	<b>164</b>	<b>(70.134)</b>	<b>(32.941)</b>

## Notas Explicativas

## 32.2 Para os trimestres findos em 31 de Março

## Consolidado

	Custos de operação		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda.....	(9.352)	(15.190)	-	-	(9.352)	(15.190)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(833)	(562)	-	-	(833)	(562)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos....	(2.038)	(1.064)	-	-	(2.038)	(1.064)
Pessoal.....	(22.898)	(25.708)	-	-	(22.898)	(25.708)
Material.....	(736)	(808)	-	-	(736)	(808)
Serviço de terceiros.....	(9.868)	(8.101)	-	-	(9.868)	(8.101)
Depreciação.....	(5.256)	(5.008)	-	-	(5.256)	(5.008)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(15.142)	(5.754)	-	-	(15.142)	(5.754)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	-	32.833	-	-	-	32.833
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.077)	(2.862)	-	-	(1.077)	(2.862)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.230	-	1.230	-
Outras.....	(4.405)	(888)	19	28	(4.386)	(860)
<b>Total.....</b>	<b>(71.605)</b>	<b>(33.112)</b>	<b>1.249</b>	<b>28</b>	<b>(70.356)</b>	<b>(33.084)</b>

## Notas Explicativas

### 32.3 Energia Elétrica Comprada no Curto Prazo e Encargos da Rede para os trimestres findos em 31 de Março

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	9.352	15.190
<b>Uso da Rede Elétrica</b>		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	833	562

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país;

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

## 33. RESULTADO FINANCEIRO

### 33.1 Para os trimestres findos em 31 de Março

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Receitas</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.771	1.370	2.104	1.574
Atualização de valores a receber - DAEE.....	506	974	506	974
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	6.945	7.300	6.945	7.300
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	-	-	-	-
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	42	2	42	2
Outras.....	21	26	21	26
	<u>9.285</u>	<u>9.672</u>	<u>9.618</u>	<u>9.876</u>
<b>Despesas</b>				
Juros .....	-	(254)	-	(254)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	-	(2)	-	(2)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(119)	(71)	(119)	(71)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	(3)	-	(3)
	<u>(322)</u>	<u>(533)</u>	<u>(322)</u>	<u>(533)</u>
<b>Variações Monetárias</b>				
Variações monetárias ativas.....	23.753	583	23.753	583
Variações monetárias passivas.....	(8.116)	(7.135)	(8.116)	(7.135)
	<u>15.637</u>	<u>(6.552)</u>	<u>15.637</u>	<u>(6.552)</u>
	<u>24.600</u>	<u>2.587</u>	<u>24.933</u>	<u>2.791</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 31 de março de 2014 foram reclassificados para Variações Monetárias por se tratarem de atualizações sobre o saldo credor do plano previdenciário .

## Notas Explicativas

### 34. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2014	2.500	157
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2013	08.02.2014	3.000	94
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2013	28.11.2014	324	2
			<u>5.824</u>	<u>253</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros;
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

### 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

#### (a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2014, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

#### (b) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Empresa foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de março de 2014 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Sistema Gerenciador de Séries Temporais – Módulo Público – Banco Central do Brasil, de 02 de janeiro de 2014, com CDI de 10,55% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.03.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		10,55%	7,91%	4,28%
Controladora	56.888	6.002	4.501	3.001
Consolidado	61.392	6.477	4.858	3.238

O consolidado da Empresa, nos cenários I e II, apresentaria, em relação a projeção do cenário provável, uma diminuição de receita financeira de R\$ 1.619 mil e R\$ 3.239 mil respectivamente.

## Notas Explicativas

### (c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

### (d) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

### (e) Derivativos

Em 31 de março de 2014, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

### (f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

## 36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Juros pagos.....	322	533	322	533
Juros recebidos.....	2.319	2.346	2.652	2.550
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	-	-	52	18
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	1.509	-	1.509	-

## 37. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 31 de março de 2014 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 352 e despesas pré-operacionais no valor de R\$ 118, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 234 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2014 será pago a EMAE um montante de R\$ 232 a título de dividendos, referentes ao ano calendário de 2013.

## Notas Explicativas

### 38. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido.

O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Empresa preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2014. Em 13 de maio de 2014 a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973. Em conformidade com o Art. 75 da lei citada anteriormente, a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia opta pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei para o ano-calendário de 2014.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA

EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE

SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

### Ênfases

#### Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, o que poderá impactar na normalidade de suas operações. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 380.000 mil, em 31 de dezembro de 2013, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Prorrogação da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Ajustes após adoção do CPC 33 (R1)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Companhia são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Empresa, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes. Os valores de 31 de março de 2013 estão sendo apresentados ajustados para efeitos de comparabilidade, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.2, a EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras. As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, o valor da reversão de testes de recuperabilidade anteriores é de R\$ 41.903 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 26, a EMAE mantém provisão de R\$ 17.825 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

#### Medida provisória nº 627/2013 - convertida na Lei 12.973/2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 38, em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Empresa preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2014. Em 13 de maio de 2014 a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973. Em conformidade com o artigo 75 da Lei citada anteriormente, a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia opta pela aplicação das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70 desta Lei para o ano-calendário de 2014. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2014.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC 2 RS 3717 S SP

JORGE LUIZ M. CEREJA

Contador CRC 1 RS 43679 S SP

CNAI Nº 539

Sócio - Responsável Técnico